

Tema: Educação Sexual

Título: *Educação Sexual no Currículo Escolar: Antes de ser pró ou contra, é preciso indagar de que educação se trata*

Universidade do Rio de Janeiro – UNI RIO

Centro de Ciências Humanas – CCH

Escola de Educação

Pedagogia

Departamento de Didática

Disciplina: Monografia

Período: 8º

Reitor: Hans Jurgen Fernando Dohmann

Vice-Reitor: Regina Maria Lugarinho da Fonseca

Decano: Maria Tereza Fontoura

Diretora: Janete de Oliveira Elias

Profª responsável pela disciplina: Gilda Mª Grumbach Mendonça

Profª orientadora: Maria Amélia Gomes de Souza Reis

Universidade do Rio de Janeiro – UNI RIO
Centro de Ciências Humanas -CCH
Escola de Educação

**Educação Sexual no Currículo Escolar:
Antes de ser pró ou contra, é preciso indagar
de que educação se trata**

Por

Flávia Tamburrino de Oliveira

Monografia apresentada em
cumprimento ao requisito
parcial para conclusão do
do curso de licenciatura
plena em Pedagogia

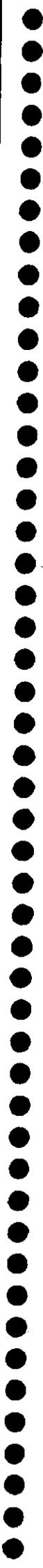
Profª orientadora: Mª Amélia Gomes de Souza Reis.

Dez/1997.

OLIVEIRA, Flávia Tamburrino de. Educação Sexual no currículo escolar: antes de ser pró ou contra, é preciso indagar de que educação se trata. Rio de Janeiro: Uni Rio, 1997. 56 p.

A educação sexual não leva à promiscuidade. É um não senso que poderia fazer essa imensa promiscuidade, esse descompasso, seria e é, exatamente a falta de educação sexual, a falta de informações da sexualidade... No momento em que você, num trabalho sério, crítico, sobre sexualidade, desafia o jovem a pensar em torno do seu corpo, não há dúvida nenhuma que no fundo o cara descobre a importância do seu corpo no mundo.

(Professor Paulo Freire)



*Este trabalho é dedicado a Deus
e a minha família por terem iluminado
meu caminho durante a longa jornada do saber.*

*Agradeço a valiosa e dedicada colaboração,
na pesquisa, de Maria Amélia Gomes de Souza Reis
por ter me dado todo apoio que precisei.*

RESUMO

A infância está hoje em dia cada vez mais curta e a grande novidade da adolescência é a sexualidade. As crianças não têm lugar para brincar, estão sempre em lugares fechados e são tratadas como adultos com compromissos e horários a cumprir. Nesta vida moderna, a exploração do erotismo vem de todos os lados. Atualmente, o sexo é vendido e comprado como mercadoria, banaliza-se a sexualidade e com ela banalizam-se os homens, as mulheres, os sonhos, e as esperanças.

Todas essas questões são, então, trazidas para dentro da sala de aula. Elas invadem o espaço escolar através das atitudes dos alunos e da convivência social entre eles. Na maioria das vezes, a escola realiza o pedido, impossível de ser realizado, de que os alunos deixem sua sexualidade fora dela.

Sendo assim, a escola querendo ou não depara-se com situações nas quais é chamada a intervir. Entendendo, portanto, que o trabalho dentro da mesma deve estar vinculado ao exercício da cidadania; buscando garantir, a todos, direitos básicos como: a saúde, informação e o conhecimento – elementos fundamentais para a formação de cidadãos responsáveis e conscientes de suas capacidades – uma mudança se tornou, então, urgente, possível e humanamente necessária. Ou vamos acabar pagando para ver que tipo de adultos teremos no futuro.

SUMÁRIO

Introdução	pág.10
I – Conceito de Sexualidade e Educação Sexual na Sociedade.....	pág.16
II – Parâmetros Curriculares Nacionais – Convívio Social e Ética – Orientação Sexual – Uma análise.....	pág.24
2.1.A inserção da Educação Sexual no currículo escolar...pág.	31
2.2. Conteúdos da Educação Sexual segundo os PCNs.....pág.	32
III- Conclusão.....	pág.45
IV – Anexos.....	pág.49
V – Referencial Bibliográfico	pág.55

INTRODUÇÃO

A educação tem um papel fundamental na construção de toda e qualquer sociedade. É através dela que podemos formar pessoas felizes, livres e atuantes no contexto social. Para isso, faz-se necessário que o trabalho dentro da escola esteja vinculado ao exercício da cidadania, buscando garantir, a todos, direitos básicos como: a saúde, a informação e o conhecimento, elementos fundamentais para a formação de cidadãos responsáveis e conscientes de suas capacidades.

Cabe destacar que é também por meio da educação que o oposto a isto tudo pode ocorrer, formando-se, então, cidadãos acríticos e não conscientes de seu papel na sociedade. Contribuindo, assim, para a manutenção da hegemonia dominante a fim de que se transforme as idéias sobre o real significado da democracia, da liberdade e das finalidades da educação.

Para reverter esse quadro é preciso que nossa política educacional tenha flexibilidade suficiente para atender as necessidades da maioria da população e que nós, educadores, vivenciemos um permanente processo de atualização, para que possamos aguçar, cada vez mais, nossa sensibilidade na direção das demandas das comunidades nas quais nossos trabalhos se inserem.

Entendemos portanto, que à escola cabe, também, a tarefa vital de defesa de uma cidadania ativa, ou seja, *aquela que institui o cidadão como portador de direitos e deveres, mas essencialmente criador de direitos para abrir novos espaços de participação política.* (Benevides, 1994)

Nesta perspectiva, o cidadão, além de ser alguém que exerce direitos e cumpre deveres, deve ser também titular, ainda que parcialmente, de uma função ou poder público. E a educação para

cidadania ativa - é fator primordial para a ampliação dos direitos políticos para participação direta do cidadão no processo das decisões de interesse público. Esta possibilidade de participação direta no exercício do poder político confirma a soberania popular como elemento essencial da democracia. Reforçando, ademais, a importância de se somarem direitos políticos aos direitos sociais, pois os primeiros favorecem a organização para a reclamação destes últimos. Para tal se faz indispensável que a ação educativa ultrapasse os muros formais da educação no caminho da construção desta cidadania para todos.

“O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão...” (Freire, 1996)

Portanto, a escola, por seu significado na vida da criança, tem papel de mediação destacado na educação para a saúde, já que a formação dos conceitos e atitudes relativos a ela está fortemente associada a valores que o professor e toda a comunidade escolar transmitirão, inevitavelmente, na vivência cotidiana.

Os valores e atitudes que se expressam na escola através da intervenção em aspectos concretos como a qualidade da merenda escolar, a limpeza das dependências, a observância de não fumar, etc., são apreendidos pelas crianças em sua vivência diária.

Na realidade, todas as experiências do aluno que tem reflexos sobre suas práticas de prevenção e proteção da saúde serão, de fato, aprendizagens positivas, mesmo porque não se trata apenas de informar, mas de formar homens e mulheres que capacitem os sujeitos para uma nova prática social, mais solidária e equânime.

Nesta perspectiva, a educação para saúde só será efetivamente válida se puder mobilizar as mudanças necessárias para que se atinja, se preserve e se promova coletivamente uma vida saudável. E desse

modo não se pode deixar de lado as questões relacionadas a educação sexual no currículo escolar, tema muito difícil de ser discutido adequadamente na sociedade.

As vésperas do século XXI e com toda gama de informações veiculadas pelos meios de comunicação, as pessoas se mostram, ainda, reservadas tanto para falar sobre sexo como para aceitarem um posicionamento de vida frente a ele. Mesmo com todas as mudanças de comportamento trazidas pelos movimentos sociais das últimas três décadas, ainda existe uma moral repressora no que se refere a sexualidade.

A sociedade, muito impregnada por uma moral arcaica, produz discursos sobre os direitos dos indivíduos à sexualidade mas, na prática, não há um respaldo social. Quando se trata da discussão sobre a inclusão da orientação sexual no currículo escolar, a polêmica gerada é praticamente a mesma. Na verdade, os pais têm uma enorme dificuldade em lidar com a sexualidade dos filhos. Isso está mudando, mas o constrangimento ainda é grande. Muitos pais tendem a achar que seus filhos são muito novos para receber orientação sexual até que sejam surpreendidos por uma gravidez precoce e indesejada ou até mesmo, por diversos outros fatores.

A partir de meados dos anos 80, a demanda por educação sexual nas escolas se intensificou devido a preocupação dos educadores com o risco de contaminação pelo HIV (vírus da AIDS) entre os jovens e , é claro, pelo grande aumento da gravidez precoce entre as adolescentes. Muitas famílias passaram, então, a não apresentar tanta resistência à abordagem destas questões no âmbito escolar, por reconhecerem a necessidade e a dificuldade de se falar abertamente neste assunto com os jovens em casa.

As manifestações de sexualidade afloram em todas as faixas etárias. Ignorar ou reprimir são as respostas mais comuns dadas pelos profissionais da educação. Essas práticas se fundamentam na idéia de

que esse tema deva ser tratado exclusivamente pela família.

Realmente toda família educa sexualmente suas crianças e jovens, mesmo que inconscientemente. O próprio comportamento dos pais entre si e na relação com os filhos, nas expressões, gestos e proibições que estabelecem são carregados de valores associados à sexualidade.

A criança, por sua vez, sofre também influências de muitas outras fontes: de pessoas que não pertencem a sua família e principalmente, nos dias atuais, da mídia. A TV veicula propagandas, novelas e filmes erotizados, fazendo com que as crianças, muitas vezes, construam conceitos e explicações errôneas sobre a sexualidade. Atualmente, o sexo é vendido e comprado como mercadoria. Banaliza-se a sexualidade e com ela banalizam-se os homens, as mulheres, os sonhos e as esperanças.

Todas essas questões são, então, trazidas para dentro da sala de aula. Elas invadem o espaço escolar através das atitudes dos alunos e da convivência social entre eles. Na maioria das vezes, a escola realiza o pedido, impossível de ser atendido, de que os alunos deixem sua sexualidade fora dela.

Sendo assim, a escola querendo ou não, depara-se com situações nas quais é chamada a intervir. Seja proibindo ou permitindo algumas atitudes e não outras, seja quando solicita a presença dos pais para uma conversa particular enfim, a escola está sempre transmitindo certos valores.

Sabemos que a não satisfação das curiosidades das crianças a respeito da sexualidade gera ansiedade e, muitas vezes, falta de informação, desconhecimento do corpo, vergonha, etc. Portanto, a oferta, por parte da escola de um espaço onde as crianças possam esclarecer suas dúvidas e formular novas questões pode contribuir

para a vivência de uma sexualidade de melhor qualidade.

Percebe-se, então, que há a necessidade de um espaço educacional onde possamos discutir as repercussões das mensagens de sexualidade transmitidas pela mídia, pela família e pela sociedade, com as próprias crianças e jovens. A escola, ao focar os diversos valores associados à sexualidade e aos comportamentos sexuais existentes na sociedade, pode possibilitar ao aluno formar sua própria opinião e desenvolver atitudes coerentes aos seus próprios valores.

Ressaltando-se a importância de se abordar a sexualidade da criança e do adolescente não somente no que tange aos aspectos biológicos, mas também e principalmente, aos aspectos sociais, culturais, políticos e psíquicos da sexualidade.

Sendo assim, para desenvolver o trabalho de educação sexual, a escola deve, também, e acima de tudo, discutir os diferentes tabus, preconceitos e crenças existentes no âmbito social.

Podemos afirmar, como fato, que já se encontram bastante avançadas as noções da existência e da importância da sexualidade para o desenvolvimento de crianças e jovens. Porém, como constatamos, a postura a ser adotada, dentro das escolas, frente às manifestações e curiosidades da sexualidade das crianças e jovens é uma questão muito presente no dia-a-dia dos profissionais da educação.

Sabendo-se que existe no campo da educação inúmeras resistências a serem vencidas em prol de uma sociedade mais justa e, dessa forma, considerando-se a importância dos aspectos informativos no que se refere ao desenvolvimento da sexualidade, esse estudo pretende discutir a importância da educação sexual no currículo escolar, ressaltando o papel do mesmo no que diz respeito ao vínculo com o exercício da cidadania e buscando garantir a todos direitos

básicos, como a saúde, a informação e o conhecimento.

Pretende-se ressaltar a necessidade de um maior preparo dos educadores frente a essa questão; contribuindo para a desmistificação de versões equivocadas que cristalizam o preconceito e os estereótipos em relação a sexualidade. Já que a educação, a nosso ver, é direito fundamental para se chegar a igualdade, ao desenvolvimento e a solidariedade. No entanto, não pode haver igualdade enquanto permanecer entre nós a submissão à valores e costumes que não nos pertencem.

Para concretizar de forma efetiva a nossa tarefa, organizamos o restante do estudo em dois outros capítulos.

O Capítulo I - Conceito de Sexualidade e Educação Sexual proporciona o embasamento necessário à compreensão das dimensões biopsicossociais da questão sexual e sua importância para o desenvolvimento de um trabalho de Educação Sexual no âmbito da escola.

No Capítulo II enfocamos uma análise das questões básicas apresentadas na proposta presente nos novos parâmetros curriculares - documento denominado Convívio Social e Ética - Orientação Sexual, procurando fazer também um paralelo com o que foi encontrado sobre educação sexual na bibliografia pesquisada.

Por último, na conclusão, apresentamos as reflexões finais do estudo.

I - SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO SEXUAL

A sexualidade tem grande importância no desenvolvimento e na vida psíquica das pessoas, pois independentemente da potencialidade reprodutiva, relaciona-se com a busca do prazer, necessidade fundamental dos seres humanos. Neste sentido ela deve ser entendida como algo constitucional que se manifesta desde o momento do nascimento até a morte, de formas diferentes a cada etapa do desenvolvimento, embora entenda-se que se trata de uma construção histórica, individual e coletiva.

Ressaltando-se que a sexualidade é construída ao longo da vida e encontra-se necessariamente marcada pela história, cultura e ciência, assim como pelos afetos, sentimentos e emoções que expressam-se de forma singular em cada sujeito.

Indissociavelmente ligada a valores, enquanto área de conhecimento, a sexualidade reúne influências de diversas outras áreas como antropologia, psicologia, sociologia e outras mais. Nesta perspectiva, faz-se necessário considerar a sexualidade, numa proposta de educação sexual no currículo escolar, nas suas dimensões biológica, psíquica e sócio-cultural.

Freud, em trabalhos publicados no início do século, já afirmava que os primeiros contatos de uma mãe com seu filho despertam nele as primeiras experiências de prazer. Essas primeiras vivências sensuais de vida e de prazer não são essencialmente biológicas, mas se constituirão no acervo psíquico do indivíduo, serão o embrião da vida mental no bebê. A sexualidade se desenvolve desde os primeiros dias de vida e segue se manifestando de forma variada em cada momento da infância. A sua vivência saudável é fundamental na medida em que é um dos aspectos essenciais do desenvolvimento global dos seres humanos.

A sexualidade será, então, construída a partir das possibilidades dos indivíduos e de sua interação com o meio e a cultura. Os adultos reagem de diferentes maneiras aos primeiros movimentos exploratórios que a criança faz em seu corpo. As crianças recebem, desde muito

cedo, um julgamento do mundo adulto em que estão imersas, permeado de valores e crenças que são atribuídos a sua busca de prazer.

A família, por exemplo, tem valores em relação a sexualidade que, de uma forma ou de outra, são transmitidos para as crianças e jovens como os valores que devem ser aceitos e adotados.

A escola, por sua vez, deveria possuir uma condição diferente, discutindo as questões ligadas a sexualidade, e abordando diferentes pontos de vista, valores ou crenças; por meio da abordagem das repercussões de todas as mensagens transmitidas pela mídia, pela família e pela sociedade.

O objetivo principal seria criar a possibilidade de formar opinião a respeito do que lhe é apresentado diariamente. A escola, ao propiciar informações atualizadas e explicitar diversos valores, associados à sexualidade e aos comportamentos sexuais predominantes na sociedade, pode possibilitar ao aluno ter sua própria opinião e desenvolver atitudes coerentes com os valores que elegeu como seus.

Uma proposta de orientação sexual deve ter uma metodologia aberta, que possibilite todas as visões sobre o assunto. Pois, o sexo desencadeia processos e traz à tona valores profundos das pessoas.

Um modelo educacional coeso deve proporcionar o crescimento das pessoas, tornando-as melhores. Neste sentido, a educação sexual teria de ser encarada como um mecanismo de amadurecimento sexual, não como mecanismo de adestramento que torne a pessoa repetidora das práticas sexuais aceitas socialmente, e sobrecarregadas de tabus e preconceitos.

De que adianta que em uma escola, por exemplo, haja um único professor destinado ao assunto, se o aprendiz se sente reprimido durante todo o restante do tempo em que participa do período escolar? Para que o modelo de educação sexual dê bons resultados é necessário que todo o aparato que compreende a escola esteja adequado para esta prática. Partindo do pressuposto que o tema sexualidade, enquanto conteúdo curricular, precisa ser abordado na

educação sobre variados enfoques a fim de satisfazer a complexidade que o envolve, é necessário então que a escola abandone o caráter biologizante dado a temática sexual na cadeira de ciências.

Se considerarmos que a escola tem algum papel na educação sexual dos alunos, em particular, percebemos que da maneira como vem acontecendo, centrado na figura do professor de ciências, a prática pedagógica tem sido bastante limitada principalmente porque, quando a temática sexual é abordada em ciências, assume este caráter biologizante já citado, limitando a sexualidade à procriação, à reprodução como se a única função do sexo fosse a perpetuação da espécie humana. Questão que nos remete à influência dos valores e crenças da igreja católica que se tornou uma das principais religiões do país, mantendo o sexo como tabu, condenando os métodos contraceptivos não naturais e defendendo o sexo apenas com a finalidade da procriação. Forçada a reconhecer a legitimidade do sexo matrimonial, a igreja mantém a castidade como a via por excelência para se aproximar de Deus. Daí, o tão contestado celibato clerical.

Para melhor compreendermos a doutrina cristã da negação da sexualidade que, pasmem, exerce ainda uma enorme influência sobre todos nós, faz-se necessário examinar a obra de Santo Agostinho que, entre fins do século IV e início do V, associou definitivamente, no imaginário cristão, sexo e pecado original.

Segundo as escrituras a serpente dissera a Eva que no dia em que ela e Adão comessem do fruto proibido, seus olhos se abririam e eles seriam: "Como Deus, conhecedores do bem e do mal."

Para Agostinho o pecado original nascera da soberba - ou amor do homem por si mesmo/orgulho, arrogância, presunção - que o fez desobedecer a Deus. Por rebelar-se contra Deus, o homem seria condenado à rebelião da carne contra o espírito, isto é, à libido. Libido, sem referência a nenhuma paixão em particular, designava o apetite carnal. Apetite que, segundo Agostinho, apoderava-se do corpo no exterior e no interior, misturando o desejo da carne com o afeto do ânimo e provocando o maior dos deleites físicos que o homem podia experimentar.

Antes do pecado, Adão e Eva “tinham pois os olhos abertos, mas não olhavam de modo que conhecessem o que a graça lhes envolvia, quando seus membros ignoravam o que é desobedecer à vontade. Ao faltar esta graça, para que a desobediência fosse castigada com pena recíproca, achou-se no movimento do corpo um desavergonhada novidade, que converteu em indecente a nudez e os deixou envergonhados e confusos.” (Santo Agostinho, 1945: livro XIV, cap. XVII: 45-46).¹

Agostinho se defronta com o dilema básico da recusa cristã ao prazer sexual: Como conciliar a necessidade da procriação com o pecado inerente à cópula?

O teólogo reconhecia que Deus referia-se efetivamente ao ato sexual ao afirmar que o homem e a mulher formariam uma só carne. Portanto, se não tivesse desobedecido a Deus, o homem conheceria a mulher quando fosse necessário, com os órgãos genitais movidos pela vontade e não pelo apetite torpe, chamado libido.

Possível foi para o homem dominar à sua vontade seus órgãos genitais, faculdade que perdeu por sua desobediência; porque não era difícil a Deus criar-lhe de maneira que não se movera em seu corpo senão pela vontade, o que agora se move senão por seu apetite.” (Santo Agostinho, cap. XXIV: 55-56).²

Deste modo, desde o nascimento padecemos misérias porque todos nascemos condenados, visto que a culpa original foi a todos transmitida. Entre os séculos XI e XIII os vícios da carne seriam classificados, sendo agrupados sob o nome genérico de luxúria, conceito que acentuava cada vez mais o comprometimento da alma como inerente aos desregramentos do corpo.

Os pecados de natureza sexual, inscritos nas considerações sobre o 6º (não fornicarás) e o 9º (não cobiçarás a mulher do

1 - cit por Parker e Barbosa, 1996

2 - cit por Parker e Barbosa, 1996

próximo) mandamentos da lei de Deus e no pecado da luxúria, passaram a ter então atenção destacada nos manuais de confissão.

O primeiro deles, fornicção, designa qualquer ato sexual como ilegítimo por realizar-se fora do casamento ou por consistir em prática condenada mesmo entre casados. Os outros são concupiscência, referindo-se ao desejo sexual resultante da rebelião da carne contra o espírito, e luxúria, termo que conjuga todos os pecados da carne num só conceito.

Já vimos como o conceito cristão de concupiscência ou libido se forma a partir da leitura sexualizada do pecado original, constituindo ao mesmo tempo a culpa e o castigo legados ao gênero humano por Adão. Vejamos agora em que consiste a fornicção: luxúria é vício da alma que deseja gozar do deleite proporcionado pela cópula. Isto é, luxúria é a pulsão sexual ou libido e constitui pecado porque esse deleite é desordenado, nascendo da rebelião da carne contra o espírito.

O único espaço em que o deleite da carne proporcionado pela cópula pode se ordenar é o matrimônio. Porém, a maior vítima da ética sexual da igreja é, sem dúvida, o casamento. Pois, ainda que seja um mal menor, ele está, apesar de tudo, sempre marcado pelo pecado.

Chama-se a atenção para o fato de que a igreja sempre julgou com rigor as faltas sexuais cometidas fora do casamento, porém foi a difusão da prática confessional que permitiu que a mesma se debruçasse sobre condutas pecaminosas dentro dele. É preciso, pois, evitar mesmo dentro do casamento, as ocasiões que propiciam a luxúria. Daí, a igreja só aceitar o sexo com a finalidade da perpetuação da espécie.

Além disso, as práticas sexuais dos casados deviam restringir-se aos atos considerados lícitos e que, obviamente, não impedissem a procriação. Fora desses limites, o sexo, mesmo no casamento, inscrevia-se no pecado da luxúria, classificando-se como fornicção.

Em primeiro lugar chama-se a atenção para a questão da

submissão do espírito à carne, do racional ao sensitivo. Neste sentido o homem abdica de sua condição humana, equivalendo-se aos animais, obedecendo aos movimentos de uma paixão que é predominante nos brutos. A luxúria também foi chamada de "*pecado da sensualidade*" pois, quem está tomado por ela "*parece que não cuida de outra coisa, os pensamentos, os desejos e as palavras todas são dirigidas à sensualidade maquinadas sempre em novos deleites da carne*". (Santo Agostinho, 1945) 3

Este discurso assustador sobre a sexualidade ainda impregna os valores morais da sociedade atual. As pessoas continuam desconfiando de seus impulsos sexuais, denominando-os de paixões e os equiparando a uma enfermidade. E esses conceitos são transmitidos de geração a geração, neste sentido é que podemos ver as categorias pecaminoso e doente se confundirem na condenação da sexualidade e se basearem no discurso dos canonistas e da igreja próximo a definição de luxúria.

Predomina-se, portanto, a velha imagem canônica que associa sexo à animalidade, descaracterizando o homem como filho de Deus, feito à sua imagem e semelhança e acentuando a relação entre sexo e pecado.

Todo este estudo sobre a obra de Santo Agostinho e da igreja nos faz perceber que a educação sexual realizada em nossa sociedade tem como objetivo uma ostensiva repressão à sexualidade humana. As regras codificadas pelo sistema social vigente aceitam o exercício da sexualidade somente entre casais legitimamente unidos em matrimônio. Mesmo nestes, como pudemos constatar, o exercício da sexualidade deve limitar-se à reprodução, sendo condenado quando praticado exclusivamente na busca do prazer.

Através da educação a sociedade consegue anular a força inata

3- citado por Parker e Barbosa, 1996.

da sexualidade humana e reprimir o desejo. A continuada doutrinação anti-sexual transforma a sexualidade em simples fração dos fenômenos biológicos da reprodução, viabilizando os objetivos sociais.

O sistema social, estruturado em indivíduos oprimidos, usa de um processo educativo exercido através de medidas autoritárias, impostas com a finalidade de formar personalidades que vivam em harmonia com as regras estabelecidas. Assim, o processo educacional modela as crianças para que se transformem em adultos moralmente idênticos aos da geração anterior.

Diante de toda esta influência cultural e social a que a sexualidade é submetida, podemos perceber a necessidade de se criar oportunidades para que o indivíduo inicie a avaliação de seu comportamento, afastando-se da linha de conformismo e acomodação em que vive por várias gerações.

A percepção de que a sociedade desvincula o sexo da natureza humana, negando ao homem o prazer de seu exercício pleno vêm gerando dúvidas sobre a validade das regras sociais, permitindo críticas ao comportamento ético e viabilizando a reconsideração sobre o imoral.

Logo, a sociedade apesar de acreditar no seu direito de buscar o prazer, vive em conflito consigo mesma, pois é fruto de uma educação anti-sexual. O preparo do indivíduo para a realidade de uma prática sexual sem tabus e preconceitos exige profundas alterações no sistema educacional e na própria sociedade.

O sistema de educação autoritária e opressora não oferece oportunidade de crescimento do sujeito como pessoa livre e capaz de escolher o seu destino. Esse sistema educacional, portanto, não é compatível com o exercício sadio da sexualidade, que é a expressão livre e natural do relacionamento humano.

As alterações necessárias no ritmo educacional exigem sacrifícios da sociedade vigente em diversas áreas, tais como: economia, política e religião. Como podemos ver, sem uma mudança social não conseguiremos mudar o homem que vive nesta sociedade,

pois a sexualidade é parte integrante do comportamento humano, que por sua vez transcende ao biológico, sendo predominantemente cultural.

Se o homem não interage positivamente com a sociedade a que pertence, ocorre a desintegração na personalidade humana e na estrutura social. Para proteger a integridade humana e social propõe-se que haja uma educação sexual emancipada de tabus e preconceitos, a fim de que se formem indivíduos livres e maduros, capazes de conviver naturalmente com a sua sexualidade.

II - Parâmetros Curriculares Nacionais: Convívio Social e Ética - Orientação Sexual : Uma Análise

O currículo foi um dos pontos fundamentais da estratégia de nosso presidente Fernando Henrique Cardoso para o ensino fundamental anunciada em 1995. A existência desses parâmetros, segundo o MEC, acaba por facilitar a avaliação do ensino, a formação de professores em âmbito nacional e a produção de livros didáticos. É uma política de curto, médio e longo prazos que se desenvolverá pelos quatro anos de governo, permitindo atingir o principal objetivo que é a qualidade do ensino.

Ainda segundo o Ministério da Educação e Cultura, um dos grandes problemas enfrentados pelo sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), órgão do MEC, é justamente a inexistência de um parâmetro curricular nacional. Na maioria das vezes, as unidades escolares vêm adotando suas próprias propostas curriculares; são currículos regionais e quando o SAEB define o conteúdo com que vai trabalhar para avaliar o ensino, esbarra na questão de que alguns estados não o adotam ou então, não aplicam determinado conteúdo da forma que o SAEB quer analisar. Agora com os PCNs 4 será dado, então, um parâmetro aos Estados.

A preocupação principal é fazer com que os parâmetros não sejam apenas um elemento de conteúdos, mas também um apoio para o professor em sala de aula; uma espécie de referência adotada pelo mesmo como norteamento para o seu trabalho.

Afim de avaliarmos se a proposta citada acima tem sido, realmente, válida para a educação no país, analisaremos, no presente título, algumas questões básicas dos novos parâmetros curriculares - documento denominado Convívio Social e Ética - Orientação Sexual , procurando fazer também um paralelo como o que foi encontrado no bibliografia de Educação Sexual pesquisada.

Inicialmente cabe ressaltar a diferença estabelecida entre os termos orientação sexual e educação sexual. Segundo o que é

proposto nos parâmetros curriculares, orientação se diferencia de educação sexual uma vez que esta se refere a experiência pessoal e ao conjunto de valores transmitidos pela família e ambiente social nas questões relativas à sexualidade, enquanto que a orientação sexual é descrita como um processo formal e sistematizado que deve ocorrer na instituição escolar e constitui-se numa proposta de intervenção por parte dos profissionais.

Estabelece-se nesta parte uma das primeiras contradições básicas encontradas na referida proposta: por que a educação sexual se refere a experiência pessoal? A nosso ver é, principalmente coletiva, à medida que se refere ao conjunto de valores transmitidos pela sociedade e sofre a influência destes valores. (Como definição do próprio parâmetro curricular)

A orientação sexual, nos PCNs, aparece relacionada à intencionalidade, enquanto que a educação sexual não. Orientar pressupõe colocar no caminho quem está fora dele, tem a intenção de indicar o rumo, já a educação sexual é praticamente incorporada através dos valores e crenças familiares e por isso, é não intencional. Será realmente, verdadeira esta abordagem? Será que a família não tem a intenção de inculcar valores e crenças, aceitos socialmente, em suas crianças?

Neste sentido a proposta afirma que: a orientação sexual que se realiza na escola complementaria a educação que se realiza na família. Esta, responsável pela educação das crianças, tem valores que de uma forma ou de outra, são transmitidos para as mesmas como valores que devem ser aceitos e adotados.

A escola possuiria, então, uma condição diferente e deveria discutir as questões ligadas à sexualidade, abordando diferentes pontos de vista, valores e crenças; como se controlasse e complementasse a educação que vem dos valores familiares e da sociedade a qual a pessoa pertence. Logo, educação sexual, segundo os PCNs, pertence ao espaço privado (familiar) e a orientação pertence ao espaço público (escolar).

A definição encontrada nos Parâmetros também é apoiada por alguns autores pesquisados na bibliografia sobre o tema. Como exemplo podemos citar Isméri S.C. Conceição, que em seu artigo Educação Sexuals afirma que:

“quando a proposta de oferecer melhores condições para o indivíduo conviver com a sua sexualidade passa para a escola, esta proposta deixa de ser uma educação e passa a ser uma informação ou uma orientação sexual. (p.31) E ainda acrescenta: “Para que a escola possa exercer esta atuação sobre as crianças, a família detentora do pátrio poder, deve estar de acordo e dar sua permissão” (1989, p.31) s

Na proposta de inserção da orientação sexual no currículo escolar afirma-se, insistentemente, que podemos delinear de forma bastante clara os tratamentos dados à questão da sexualidade no espaço público da escola e no espaço privado da família. Percebemos com essa afirmação que a presente proposta tem a pretensão de desvendar os limites entre o público e o privado, ou seja, pretende auxiliar a criança nesta distinção para que assim, ela perceba quais são as manifestações saudáveis da sexualidade correspondente a sua faixa etária. Cabe destacar que acreditamos ser, esta, uma proposição bastante difícil devido a invasão que ocorre, atualmente, no espaço privado. Invasão que é provocada pela mídia e que torna público este espaço. A TV e os meios de comunicação em geral tratam o sexo como produto, fato que adquire uma importância maior face a forte relação existente entre as crianças e jovens e os meios de comunicação, em especial a televisão.

Deseja-se, então, que se trabalhe na escola o esclarecimento e a problematização de questões que favoreçam a reflexão das informações, emoções e valores recebidos e vividos no decorrer da história de cada um, e que, na maioria das vezes, prejudicam o desenvolvimento de suas potencialidades.

A escola deve, ao orientar sexualmente, preencher lacunas nas informações que a criança já possui e, principalmente, criar a possibilidade de formar opinião a respeito do que lhe é apresentado. Para desenvolver este trabalho, ela deve informar e discutir.

os diferentes tabus existentes na sociedade procurando buscar uma condição de maior distanciamento pessoal por parte dos professores para realizar essa tarefa. Porém, cabe ressaltar, como preencher lacunas nas informações que a criança recebe no seu dia-a-dia fazendo distinção entre o que pode ser discutido na escola (público) e o que pode pertencer somente a experiência pessoal (espaço privado) ?

Outro fator que merece destaque expressado no texto dos novos parâmetros curriculares é a afirmação de que a orientação sexual na escola deve se dar no âmbito pedagógico, não tendo, portanto, um caráter de aconselhamento individual. Apenas os casos individuais de alunos que demandem atenção diferenciada possibilitada pelo trabalho de orientação sexual devem ser tratados separadamente do grupo pelo professor e decidido, posteriormente, um possível encaminhamento para atendimento especializado.

No que tange a este aspecto, os parâmetros curriculares têm o auxílio da sexóloga Maria Helena Matarazzo, que em seu livro Educação Sexual nas escolas, inclui a opção aconselhamento individual e temáticas invasivas da intimidade do aluno somente fora do horário das aulas.

Tal postura, segundo os PCNs, deve inclusive auxiliar as crianças e jovens a discriminar o espaço público do espaço privado, isto é, o que pode e deve ser compartilhado no grupo e o que deve ser mantido como uma vivência pessoal. Prevalece novamente a distinção entre o público e o privado, tornando-se necessário, portanto, alertar para a insistência desta abordagem perigosa no currículo de orientação sexual. Como será possível esta distinção, o que deve e o que não deve ser abordado em sala de aula?

Se a educação sexual, tema bastante polêmico, visa proporcionar subsídios para que o aluno reflita e se esclareça a respeito dos preconceitos e tabus incorporados em relação a sexualidade e, dessa forma, desenvolva atitudes coerente com os valores que elegeu como seus, o mais sensato é fornecer esses subsídios orientando, discutindo e abordando o tema de maneira aberta e verdadeira.

A nosso ver se nós, educadores, não nos utilizarmos de

linguagem clara e objetiva, não esclareceremos as dúvidas e questões de um tema tão questionado. Sendo assim, esta distinção entre público e privado, insistimos, é contraditória em relação ao principal objetivo da inserção da educação sexual no currículo escolar: *“propiciar um conhecimento adequado de seu amadurecimento sexual tanto do ponto de vista físico, como mental e emocional.”* (Sales, 1992)

Em relação à intervenção em sala de aula, esta, deve ser realizada pelo professor polivalente, o qual deve receber formação específica que habilite para essa finalidade. Sobre esta formação, afirma-se que o educador transmite valores em relação a sexualidade no seu trabalho cotidiano, na forma de responder ou não às questões mais simples trazidas pelos alunos. É necessário então que eles tenham acesso à formação específica para tratar da sexualidade com as crianças e jovens na escola, entrando em contato com as questões teóricas, leituras e discussões sobre a temática da sexualidade e suas diferentes abordagens a fim de preparar-se para a intervenção prática junto aos alunos. Acrescenta-se também que os mesmos devem ter um espaço grupal de supervisão dessa prática, constituindo-se, portanto, num espaço de reflexão de valores e preconceitos dos próprios educadores envolvidos no trabalho.

De acordo com o estabelecido no currículo nacional, a intervenção em sala de aula deve se dar de duas formas:

- dentro da programação: os conteúdos definidos pelo tema serão integrados no currículo através do que se chama transversalidade. Deverão ser tratados nas diferentes áreas, impregnando toda a prática educativa. Assim, por exemplo, as transformações da puberdade poderão ser trabalhadas no estudo do corpo humano em Ciências e nos textos em Português. Esta afirmação, realmente, não condiz com a prática escolar. Na maioria das vezes, quando o tema sexualidade é abordado em sala de aula, o professor de Ciências é o único responsável pela discussão. Talvez, porque, o livro didático que aborde a questão seja o de Ciências. E é influenciado por este livro, que comumente se limita a abordagem biológica do sexo (função reprodutora), oferecendo aos alunos uma visão parcial e incompleta da sexualidade, que a prática da educação sexual acaba, agindo como um

instrumento de repressão, na medida que aceita com única função válida do sexo a reprodução humana, não atendendo aos interesses e necessidades dos educandos.

“Tal educação exige mais do que uma simples informação a respeito da anatomia e fisiologia sexual, e mais do que a temática inútil da repressão dos impulsos sexuais normais.” (Matarazzo, 1984)

“As atividades que envolvem educação sexual devem atender às expectativas imediatistas do aluno, e não se ater a terminologia técnica e desconhecida. É indispensável ainda que se fuja à tentação de transformar essa educação em aulas de biologia da reprodução, fato freqüentemente observado. (Conceição, 1989)

•Fora da programação: Nesta segunda forma de intervenção do tema na escola, citada pelos parâmetros, afirma-se que o trabalho de orientação sexual implica o tratamento de questões que nem sempre estarão articuladas com as diversas áreas do currículo. Seja porque são questões singulares e necessitam então de um tratamento específico; seja porque pela própria natureza do assunto permeiam o dia-a-dia na escola das mais diferentes formas, exigindo do professor, antes flexibilidade e abertura para trabalhar essas questões do que planejamento.

Percebemos novamente mais uma referência a distinção entre o espaço público e o espaço privado ao se afirmar que muitas vezes o professor encontrará excelentes oportunidades para desenvolver um trabalho extra-programação, já que a sexualidade provoca nas crianças uma grande variedade de sentimentos, sensações, emoções, etc, fatores que, de acordo com os parâmetros, jamais devem fazer parte do cotidiano da sala de aula, mesmo que o assunto permeie o dia-a-dia na escola de diversas formas.

Ao mesmo tempo em que nega o trabalho individual, baseado no depoimento de cada um e nas singularidades ao afirmar que em sala de aula não pode haver aconselhamento terapêutico; a proposta do currículo nacional também o defende ao afirmar que a atitude do

professor de acolhimento às reações e dúvidas particulares dos alunos e disponibilidade para ouvir e responder essas questões é fundamental para o trabalho que se propõe. Logo, podemos perceber, ao longo da proposta, grandes dicotomias e contradições para que se mantenha o primeiro discurso e a real solução encontrada.

Parece ter ficado claro que o trabalho pedagógico da orientação sexual não pode se caracterizar como uma abordagem terapêutica individual, porém, deve ficar claro também que uma informação, para ser prontamente aceita e levar à ação deve estar ligada às necessidades e desejos que tenham sido reconhecidos pela pessoa.

*“Portanto, a educação sexual será mais funcional se for organizada segundo as necessidades e interesses dos jovens. Todo conhecimento adquirido pode ser rapidamente esquecido, a menos que seja usado e tenha aplicação na vida pessoal e cotidiana do aluno.
(Matarazzo, 1984)*

2.1. A Inserção da Educação Sexual no currículo das Escolas – os objetivos colocados pelos PCNs.

Nesta parte procuramos demonstrar que tanto no texto dos Parâmetros Curriculares - documento denominado Convívio Social e Ética - Orientação Sexual; como na maioria dos livros e artigos pesquisados apresenta-se como principal propósito deste tipo de trabalho: a contribuição para que as crianças e jovens possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade.

O trabalho com orientação sexual vincula-se ao exercício da cidadania na medida em que propõe-se a trabalhar o respeito de si vinculado ao respeito do outro.

Sendo assim, apresentamos abaixo, resumidamente, os principais objetivos percebidos ao longo do nosso trabalho: A educação sexual pode possibilitar aos educandos:

- Elementos para formarem sua própria escala de valores sexuais e sociais.
- Condições para desenvolverem atitudes sadias, eliminando os medos, esclarecendo as dúvidas e conceitos deturpados. (A escola deve contribuir para desmistificar estes estereótipos e tabus em relação a sexualidade.)
- Incentivo ao uso do sexo ou da sexualidade de cada um com respeito que cada um tem por si mesmo e pelo outro e com responsabilidade.
- Compreender a sexualidade como uma dimensão fundamental do desenvolvimento humano (histórica, cultural e coletivamente).
- Compreender a busca de prazer como uma dimensão saudável da sexualidade humana.
- Conhecer e adotar práticas de sexo protegido ao iniciar relacionamento sexual, para evitar contágio, seu e dos outros, e prevenir-se das doenças sexualmente transmissíveis e da AIDS.

2.2. Conteúdos a serem abordados em sala de aula, seguindo os PCNs.

Em relação aos conteúdos da temática orientação sexual abordados no documento, afirma-se que estes devem ser flexíveis, de forma que se abranja as necessidades específicas de cada turma a cada momento. Sendo assim, pode-se encontrar programas bastante diversificados que podem incluir tópicos como pornografia, prostituição, abuso sexual, métodos contraceptivos, desejo sexual, masturbação e muitos outros.

A definição dos blocos de conteúdos se faz, então, necessária para eleger quais tópicos são os centrais e que sempre devem estar presentes em qualquer programa de educação sexual, de forma que se garanta informações básicas sobre sexualidade, ou seja, um roteiro a ser seguido.

Estes conteúdos devem possibilitar a abordagem de diferentes tópicos que possam ser escolhidos pelos alunos, e que variam de acordo com a idade, cultura e fatos contemporâneos veiculados pela mídia.

Nesta parte abordaremos os quatro blocos de conteúdos determinados nos Parâmetros Curriculares Nacionais, e suas implicações no trabalho de orientação sexual proposto. Cabe esclarecer que os conteúdos expostos a seguir referem-se aos dois primeiros ciclos do ensino fundamental (1ª a 4ª séries e 5ª a 8ª séries) e foram selecionados, nos PCNs, segundo os seguintes critérios:

- relevância sócio cultural.
- consideração às dimensões biológica, psíquica e sócio cultural da sexualidade.

São eles:

- corpo
- relações de gênero
- manifestações da sexualidade
- prevenção às doenças sexualmente transmissíveis / AIDS

Ao iniciar a abordagem do primeiro bloco de conteúdo no texto do documento analisado, pudemos perceber uma visão limitadora em relação ao desenvolvimento da sexualidade humana. Encontramos a seguinte afirmação:

“O desafio que se coloca é o de dar visibilidade à dimensão que cada um dos blocos tem em tudo o que se refere a sexualidade. A vivência da sexualidade em cada indivíduo inclui fatores oriundos de ordens distintas: aprendizagem, descoberta e invenção. Um bom trabalho de orientação sexual deve -se nortear pelas questões que pertencem à ordem de que pode ser apreendido socialmente, preservando assim, a vivência singular das infinitas possibilidades da sexualidade humana, pertinentes a ordem do que pode ser prazerosamente apreendido, descoberto e/ou inventado no espaço da privacidade de cada um.”⁶

A pergunta que deixamos é: Como podemos acreditar que um trabalho de Orientação Sexual nas escolas assim delineado, a nível nacional, vai alcançar o seu principal objetivo, ou seja, como ele vai possibilitar o esclarecimento dos tabus, preconceitos e estereótipos culturais, morais e sociais relacionados à sexualidade, possibilitando ao aluno ter sua própria opinião e, dessa forma, passar a desenvolver atitudes coerentes aos valores que eleger como seus??? De que maneira os educandos vão discutir e questionar seus próprios valores, a medida que o próprio currículo afirma que um bom trabalho de orientação sexual deve se nortear pelo que pode ser apreendido socialmente, ou seja, os valores passados pela moral arcaica e dúbia da classe dominante??? Como professores que não tiveram em seus currículos tais discussões possibilitarão debate sobre o tema em suas aulas???

Analisaremos a partir de agora os blocos de conteúdos propostos:

- O corpo:

Este bloco é baseado no fato de que a abordagem dada ao

6 – as ênfases sublinhadas não se encontram no texto original

trabalho nas escolas com o corpo deve possibilitar seu conhecimento não apenas com informações sobre sua anatomia e funcionamento, como se os órgãos existissem fora de um corpo que pulsa e sente. O corpo deve, então, ser concebido como um todo integrado e que inclui emoções, sentimentos, sensações de prazer/desprazer, assim como as transformações nele ocorridas ao longo do tempo.

Dessa forma, deve-se trabalhar questões fundamentais ligadas à sexualidade, como gostar do corpo que se tem, respeitá-lo tanto no aspecto físico como psicológico. O respeito a si próprio, ao seu corpo e aos sentimentos é a base para haver possibilidade de um relacionamento saudável com o outro.

Nesta perspectiva são abordados, neste bloco, o corpo infantil e suas anatomias interna e externa, as transformações do corpo que ocorrem na puberdade e o corpo adulto do homem e da mulher. Devem necessariamente ser abordados os mecanismos de concepção, gravidez e parto, bem como a existência de diferentes métodos contraceptivos e sua ação no corpo do homem e da mulher.

Ao discutir esse tema com os alunos, é necessário abordar os cuidados que o corpo necessita. O conhecimento do corpo e de seu funcionamento propiciam uma maior conscientização da importância da saúde e da necessidade de ações não só curativas mas também preventivas.

A ampliação deste bloco é feita com a inclusão do estudo sobre as transformações da puberdade. Estas devem ser vistas no campo corporal e no aspecto social/relacional. O educador, coerentemente com a proposta para o tema corpo, não deve descuidar dos outros conteúdos a este relacionado que dizem respeito a vivência dessas mudanças para as crianças jovens. Propõe-se portanto, que o professor acolha as discussões dos medos provocados por essas mudanças, o ritmo e o tempo em que elas ocorrem e que variam bastante de jovem a jovem, as mudanças posturais e gestuais que se dão em consequência do crescimento rápido; enfim, a acomodação necessária a esse novo corpo que surge. Devendo ser também abordadas as mudanças socialmente estabelecidas e relacionadas à

idade e sua repercussão no meio familiar e social.

Cabe acrescentar que nas atividades relacionadas a este bloco nenhuma criança deve se sentir exposta diante dos demais. Um recurso possível para evitar isso, sugerido com atividade relacionada a este bloco nos PCNs, é o da criação de um personagem imaginário pelo grupo das crianças. Por meio desse personagem pode-se trabalhar de maneira mais aberta, as dúvidas, os medos, informações e questões da criança ligadas ao corpo; de forma a ninguém se sentir ameaçado ou invadido em sua intimidade.

Com relação a linguagem para designar as partes do corpo, afirma-se como mais indicado o acolhimento da linguagem utilizada pelos alunos e, posteriormente, a apresentação das denominações correspondentes adotadas pela ciência.

Dentre os temas deste conteúdo, um dos que mais despertam o interesse dos alunos é a reprodução humana, não somente os aspectos biológicos a ela relacionados, mas, especialmente, as questões psicológicas e sociais que estão envolvidas com a temática. Partindo do pressuposto que o tema sexualidade, enquanto conteúdo curricular, precisa ser abordado sob variados enfoques a fim de satisfazer a complexidade que o envolve, a aplicação no cotidiano escolar deste bloco assim delineado, contribuirá para deixar claro que os objetivos de um programa de educação sexual nas escolas podem ser ampliados, desde que não se aborde apenas o fator biológico da sexualidade humana.

-Relações de Gênero:

Como já discutimos no início deste trabalho, desde muito cedo, por meio da educação são transmitidos padrões de comportamento diferenciados para homens e mulheres em nossa sociedade. O conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos. Enquanto o sexo diz respeito ao atributo anatômico, de acordo com os PCNs, no conceito de gênero toma-se o desenvolvimento das noções de "feminino" e "masculino" como construção social.

O uso deste conceito permite abandonar a explicação da natureza como a responsável pela grande diferença existente entre os lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade. Essa diferença historicamente tem privilegiado o masculino, na medida em que a sociedade não tem oferecido as mesmas oportunidades a ambos. Mesmo com a grande revolução dos costumes e valores que vêm ocorrendo nas últimas décadas ainda persistem muitas discriminações, por vezes encobertas, relacionadas ao gênero.

Segundo o texto dos parâmetros, a discussão sobre relações de gênero, no currículo de orientação sexual nas escolas, tem como objetivo combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação.

A flexibilização dos padrões tem como finalidade permitir a expressão de potencialidades existentes em ambos os sexos e que são dificultadas pelos preconceitos de gênero. Como exemplo podemos citar a interdição das expressões que demonstram sensibilidade ou meiguice nos meninos ou de agressividade nas meninas.

A abordagem das relações de gênero com as crianças, convém acrescentar, é uma tarefa delicada. Se olharmos bem, poderemos perceber que pode-se trabalhar as relações de gênero em qualquer situação do convívio escolar, visto que, elas se apresentam de forma clara nas relações entre as crianças e nas brincadeiras diretamente ligadas à sexualidade. Também estão presentes nas situações mais comuns, no modo de realizar as tarefas escolares, na organização do material de estudo, enfim, nos diferentes comportamentos de meninos e meninas.

Nestas situações, alertam os PCNs, o professor estando atento, deve intervir de modo a combater as discriminações de gênero e questionar seus estereótipos. Cabendo acrescentar que os momentos em que se faz necessária a intervenção são os que implicam em discriminação de uma criança ou jovem do grupo, com apelidos e às vezes questionamento sobre sua sexualidade. O educador deve, então, mostrar a rigidez das regras desenvolvidas nesse grupo que definem o que é ser menino ou menina, apontando para a diversidade

dos jeitos de ser.

A proposição por parte do educador de momentos de convivência e de trabalho com crianças de ambos os sexos pode auxiliar a diminuir a hostilidade entre eles, além de propiciar observação, descobertas e tolerância das diferenças. Esta convivência, mesmo quando vivida de forma conflituosa, é também facilitadora dessas relações, pois proporciona oportunidades concretas para o questionamento dos preconceitos ligados ao gênero.

Porém, mais do que questionar aspectos relacionados à discriminação de gênero, como é proposto no currículo, devemos também, como educadores, questionar o cotidiano da sala de aula, onde são reproduzidos inúmeros estereótipos.

Uma instituição como a escola é de fundamental importância no processo de reformulação de padrões estereotipados. Porém, não raro, ao invés de pôr-se na frente da mudança, tem optado pela imobilidade, pelo menos no que tange a questão da plena integração da mulher à sociedade urbana, cujo modelo tanto valorizamos.

“Na escola brasileira, podemos identificar um verdadeiro feudo, onde sobrevivem, não raro, as relações mais arcaicas do binômio homem-mulher, pouco diferente das que predominavam na época da educação segregada por sexos.”
(Toscano, 1995)

O livro didático utilizado nas escolas de 1º grau, de início, é alvo de inúmeras críticas, tão claro e ostensivo é o tratamento diferenciado que os autores dão a seus personagens, reproduzindo velhos clichês da sociedade patriarcal: de um lado, as figuras masculinas são sempre chefes de família, detentores do poder de decisão e mantenedores da casa; de outro lado as mulheres são sempre donas de casa em tempo integral, responsáveis únicas pela ordem doméstica, quase sempre auxiliadas por uma empregada ou pelas próprias filhas. Enquanto os meninos aparecem entregues às aventuras mais sensacionais; as meninas são apresentadas lidando com panelinhas e fogões, brincando de bonecas, sonhando com fadas e príncipes encantados.

Em aliança com a família, tais livros são responsáveis pela manutenção de velhos chavões da sociedade patriarcal, segundo os quais “homem é homem e mulher é mulher” e ponto final.

A família é organizada por relações de autoridade, de papéis distribuídos por sexo e idade(...) É nesse momento que a família realiza a repressão sexual. A mulher aparece na figura de mãe, frágil, sensível, dependente e, dessa forma, mantém-se afastada da força de trabalho e da competição da herança paterna. O espaço da mulher é a casa, e sua realização é natural ou biológica: ser mãe. O papel do homem como pai é cultural. Seus valores são sociais e seu espaço é o mercado e a política. (...)
(Chauí, 1984)

Esta relação marcada pela tradição tem sido, tanto na pré-escola, quanto no 1º grau, um importante elemento de reforço e perpetuação do “status quo”. Ela tem se pautado quase sempre pela reprodução acrítica dos velhos padrões de educação, passando pelos esportes, pelas áreas de recreio, pela visão dicotômica que o professor tem de normas disciplinares distintas para meninos e meninas, etc. Porém é principalmente nos livros didáticos -cartilhas de alfabetização- que ela tem tido uma forma de expressão que reflete todas estas discriminações.

A partir de todos esses dados percebe-se que há a necessidade de desmistificar visões equivocadas como estas, que têm como ponto principal as diferenças entre o homem e a mulher, bem como o caráter natural de algumas delas e o caráter cultural e social de outras. Esta necessidade levanta a discussão sobre o papel da educação na reprodução destes estereótipos que ela acaba por cristalizar.

Pensamos que não há como se programar mudanças profundas na relação homem e mulher, em nossa sociedade, enquanto não conseguirmos mudar as atitudes e os comportamentos de pais e professores, neste campo particular das relações de gênero. A inclusão deste conteúdo no currículo escolar não ajuda totalmente; já é um bom começo porém, dado o peso que o livro didático tem no cotidiano da sala de aula, em nossas escolas, faz-se necessário

insistirmos também na reformulação dos padrões tradicionais que têm sido usados como referência pelos autores de tais instrumentos de aprendizagem.

- Manifestações de Sexualidade:

Estas manifestações ocorrem desde muito cedo e fazem parte do desenvolvimento humano. Podem se expressar, muitas vezes, na realização de carícias no próprio corpo, curiosidades sobre o corpo do outro, brincadeiras com colegas, piadinhas e músicas que se referem ao sexo, ou ainda reproduções de gestos e atitudes típicas da manifestação da sexualidade adulta, que é muito enfatizada pela mídia.

No espaço familiar, e não só nele, é que se atribui valores a essas manifestações, através das mais variadas posturas. Algumas famílias reconhecem como normal o desejo das crianças, outras o julgam nocivo. É a educação sexual que se faz presente nesta hora, ou seja, a inculcação de crenças e valores dominantes do mundo masculino, etnicamente branco e burguês transmitidos às crianças.

No nosso meio, os adultos reconhecem na sexualidade infantil, atitudes não diferentes das deles. Vêm nas atividades infantis as mesmas intenções que existem na mente adulta. Parecem ignorar que as curiosidades sexuais fazem parte do desenvolvimento, evitando o assunto com as crianças mas freqüentemente se descuidando em ações disfarçadas perto delas.

Assim, a sexualidade infantil vai se assemelhando à do adulto, a medida que este transmite valores morais atribuindo ao sexo um sentido depreciativo. Nesta perspectiva, a criança acaba por associar o sexo a algo proibido ou malicioso e incorpora estereótipos.

Como estas manifestações são inerentes ao desenvolvimento humano, elas também ocorrem no âmbito escolar, sendo necessário que a escola se posicione claramente sobre como vai trabalhar as expressões de sexualidade das crianças e jovens. Se é pertinente ao espaço escolar o esclarecimento das dúvidas e curiosidades sobre a sexualidade, embora atualmente pareça não ser, é importante que

esta contribua para que a criança discrimine as manifestações que fazem parte da sua intimidade e privacidade das expressões que são acessíveis ao espaço social.

Percebe-se claramente na afirmação citada acima, encontrada nos PCNs, a intenção da visão de controle da escola na orientação sexual. *“O trabalho pedagógico deve ser feito visando auxiliar as crianças na distinção do espaço público e do privado para as manifestações saudáveis da sexualidade correspondentes a sua faixa etária.”* (PCNs p-13)

Um dos pontos básicos deste bloco de conteúdos, também encontrado na maior parte das fontes bibliográficas que abordam o tema, é a afirmação de que as intervenções do educador nas situações de manifestação da sexualidade em sala de aula não devem, de forma alguma, emitir juízo de valor sobre essas atitudes e sim, contextualizá-las. A inculcação de valores e crenças é um elemento contraditório à finalidade da educação. Até mesmo porque que valores morais são esses? Serão os da classe dominante que padroniza a sociedade?

É necessário que o educador consiga reconhecer os valores que regem seu próprio comportamento e orientam sua visão de mundo, assim como reconhecer a legitimidade dos valores e comportamentos diversos dos seus. Isto cria condições mais favoráveis para o esclarecimento e a informação sem a imposição de valores particulares; objetivo principal da educação sexual.

Outro fator positivo neste bloco é a prevenção ao abuso sexual para as crianças na escola, onde é afirmado que:

“Com relação as brincadeiras a dois ou em grupo que levem à sexualidade, é importante que o educador afirme como princípio a necessidade do consentimento e a aprovação sem constrangimento como condição necessária para sua ocorrência.” (PCNs p-13)

Para prevenção de abuso sexual, cabe acrescentar, é igualmente importante o esclarecimento de que essas brincadeiras em grupo são prejudiciais quando envolvem crianças de idades diferentes ou quando realizadas entre adultos e crianças, além, é claro, do

posicionamento familiar a respeito desta questão.

- Prevenção às doenças sexualmente transmissíveis/AIDS

Os conteúdos principais a serem trabalhados neste bloco são as informações sobre a existência de doenças sexualmente transmissíveis, em especial a AIDS - incluindo esclarecimentos sobre os fatos e os preconceitos a ela associados.

Se, de uma maneira geral, o trabalho de orientação sexual visa desvincular a sexualidade de tabus e preconceitos, afirmando-a como algo ligado ao prazer e à vida, na discussão destes conteúdos o enfoque deve ser coerente com os princípios gerais e não acentuar a ligação entre sexualidade e doença ou morte.

Na maioria da vezes, a vinculação da sexualidade à AIDS nos remete à repressão sexual. Enfatiza-se a doença, criando-se o medo, instalando-se o pânico e não se fala do contexto geral da sexualidade. Desse modo, a associação com a mesma passa a ser feita com o perigo, o feio ou o mortal.

Poucas são as pessoas que não ouviram falar em AIDS. De maneira geral, as notícias são alarmantes, AIDS tem se transformado em sinônimo de morte, abstinência sexual, medo e isolamento.

Intimamente relacionada com o comportamento sexual, a AIDS acaba obrigando a discussão de questões como: casamento, homossexualismo, solidariedade, drogas, etc. A educação sexual pode, então, contribuir para a desmistificação e o esclarecimento, visto que, é somente por meio da informação que podemos entender o que significa esta doença e porque é essencial que as crianças e jovens a discutam.

As informações, em sala de aula, sobre as doenças devem ter sempre o foco na promoção de condutas preventivas, enfatizando a distinção entre as formas de contato que propiciam riscos de contaminação daquelas que, no dia-a-dia, não envolvem risco algum.

Cabe acrescentar uma excelente colocação, abordada nos PCNs e em algumas bibliografias relacionadas ao tema, particularmente em relação a AIDS, o tratamento que esse tema deve ter em orientação sexual é o oposto do que foi utilizado em algumas campanhas de prevenção veiculadas pelos meios de comunicação, tais como: "AIDS MATA". Este tipo de mensagem contribui para o aumento de medo e da angústia, desencadeando reações defensivas e estimulando o preconceito. Acrescenta-se como sugestão, no próprio currículo, que a mensagem fundamental a ser trabalhada seja : "AIDS PREVINA-SE E INFORME-SE."

No trabalho com esse eixo, ao mesmo tempo em que se fornecem informações sobre AIDS e outras doenças, possibilitando-se a explicitação dos medos e angústias suscitadas e abordando-se os diferentes mitos emocionais e culturais, que impedem a mudança de comportamento necessária à adoção de práticas de sexo seguro.

Enfim, discute-se ainda a discriminação social e o preconceito de que são vítimas os portadores do HIV e os doentes de AIDS, com base nos direitos de cidadania e da proposição de valores como solidariedade e respeito ao outro e, por fim, retoma-se a discussão sobre o corpo e aos cuidados necessários a ele.

Faz-se particularmente importante o levantamento do conhecimento que os alunos já possuem sobre as doenças sexualmente transmissíveis e a AIDS para a abordagem do assunto. Pois, constata-se a existência de um grande volume de informações errôneas como já foi discutido anteriormente.

A existência de um trabalho sistematizado de educação sexual dentro da escola pode possibilitar, dentre outros fatores, a realização de ações preventivas às doenças sexualmente transmissíveis e à AIDS, junto com a gravidez na adolescência, de forma mais eficaz. Devido ao tempo de permanência dos jovens na escola e às oportunidades de trocas e do convívio social, a escola não pode se omitir frente à relevância dessas questões; constituindo-se em local privilegiado para a abordagem destes temas.

Em outros países, reformas semelhantes a esta, analisadas por nós, instituíram o currículo mínimo nacional. Aqui no Brasil, o nome ficou Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

O que podemos perceber com esta proposta, através das análises realizadas, é que, na verdade, pela forma como é apresentado não se trata de parâmetro curricular, é currículo mínimo nacional, e mais, *“é currículo homogeneizante porque possui uma listagem de conteúdos, objetivos de conteúdos e propostas de atividades e processos avaliativos.”* (Geraldi, 1996)

Analisando o novo documento - denominado Convívio Social e Ética à Orientação Sexual - percebemos ser uma proposta bem estruturada caso não partisse de algumas contradições básicas, tais como: a expressão bastante citada “auxiliar a criança na distinção entre espaço público e o privado” e a diferença estabelecida entre educação sexual (espaço privado) e orientação sexual (espaço público/escolar), esta última passando a idéia de controle sobre a primeira, que é função única e exclusiva da família.

Entretanto, parece ficar evidente que o objetivo dos PCNs, agora analisando no âmbito geral, é não só fornecer um conteúdo mínimo, mas também ser do jeito que o SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) quer avaliar. Por isso precisa de Parâmetro Nacional, segundo afirmação do próprio MEC, apresentada no início do Capítulo 2.

Os parâmetros supõe, então, uma relação selecionada e arbitrária de conteúdos escolares considerados como válidos e necessários, bem como a forma de ser operada na programação escolar que será considerada legítima, cujo cumprimento e real aprendizado por parte dos alunos será controlada pela avaliação nacional.

Nesta perspectiva, os professores e profissionais da escola podem fazer tudo o que quiserem em sala de aula, porém os alunos só serão avaliados com base naquilo que os PCNs propõem, e os resultados, obviamente, repercutirão nos salários (gratificação) na escola. (Ganhar ou perder verbas).

Dessa forma, percebemos que a maioria das reformas curriculares implementadas pelo governo, até hoje, nunca fizeram parte da trajetória curricular vivenciada pelos alunos a que se destinavam. Estas, mesmo que muito interessantes ou criativas, serviam mais para enfeitar os armários das escolas do que fazer-se presente na trajetória curricular das crianças.

“O cotidiano das escolas vive uma lógica não percebida pelos burocratas e, inclusive, especialistas da área, para o qual entre o prescrito e o realizado, há um abismo que separa o documentado do não documentado.” (Ezpeleta e Rockwell, 1986) 7

Dados recentes confirmam que a viabilidade da mudança curricular se dará através da produção ativa do professor no trabalho diário. O professor deve participar da concepção do currículo, produzindo e refletindo “na” e “sobre” a prática.

Entretanto, sobre a concepção do professor que se percebe na proposta do MEC, vemos que ela contradiz aquilo que é afirmado nas pesquisas. Ou seja, caso as pesquisas estejam certas ela obviamente, não conduzirá a aprendizagem alguma.

7. cit. por Geraldi, 1996.

III - CONCLUSÃO

Em função do aumento do número de adolescentes grávidas e pessoas contaminadas pelo vírus HIV e, como vimos, por orientação do MEC -que inclui esse tema nos Parâmetros Curriculares - muitas escolas estão incluindo no currículo a Educação Sexual. O enfoque principal é a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis (DST) e da AIDS.

Porém ,apesar de já existirem algumas instituições que trabalham essa questão com seus alunos, a sexualidade ainda é um tabu. Os próprios professores não estão preparados para abordar o tema em sala de aula. Há um certo preconceito e por isso, é necessário que se faça um trabalho de capacitação com eles, reafirmando que as aulas não podem ter um enfoque totalmente biológico. Como discutimos ao longo deste trabalho há a necessidade de se abordar as implicações sociais, culturais e psicológicas da sexualidade num programa de educação sexual.

É muito importante falar de sexualidade na escola, mas fica difícil, quando constatamos que a maior parte dos professores, por sua própria formação, representa uma sociedade preconceituosa. Apesar de toda liberdade que, atualmente, gira em torno do assunto, nós, professores encontramos muitas dificuldades para a realização deste trabalho. Existem muitos tabus, preconceitos e a falta de formação. Falta-nos uma fundamentação teórica maior e até uma vivência sem preconceitos e sem proibições.

Devido a nossa tradição cultural repressiva e controladora, permeada de preconceitos que nos impossibilitam de tratar facilmente destes assuntos, o primeiro passo deve ser um trabalho onde nós professores consigamos tratar as questões pessoais também, pois tratar a educação sexual como se fosse "coisa" exclusiva dos alunos é manter uma posição que não transforma nossas vivências cotidianas. Precisamos conhecermo-nos a nós mesmos, trabalhando criticamente nossos corpos e mentes, a fim de que possamos avançar no caminho da mudança.

A educação tem realizado verdadeira economia no que se refere

a sexualidade. Muitas vezes, parece partilhar a idéia dominante de que a sexualidade não é campo de estudos de sua prática. Na escola o núcleo da sexualidade continua sendo o da reprodução, centralizada na discussão biologizante do sexo, não atendendo as necessidades dos alunos.

Julgamos oportuno chamar a atenção para o trabalho quase que solitário e centrado na figura do professor de Ciências, quando se trata da temática sexual na escola. Isto ocorre, talvez, porque o livro didático que aborde a questão seja o de ciências. Afinal, sabemos que o livro tem servido aos professores das mais variadas disciplinas como o plano de curso a ser seguido ao longo do ano letivo.

Porém, cabe alertar, se a dependência do livro didático não é recomendada para um trabalho de qualidade e, qualquer campo do conhecimento, menos ainda, em se tratando da questão sexual. Certamente, se os objetivos do trabalho forem além dos aspectos biológicos, para englobar também os psicossociais, conseqüentemente trarão melhores resultados.

Para que se reverta esta situação, no contexto escolar, deve-se considerar a natureza do currículo construído, onde as relações sociais existentes entre os sujeitos envolvidos na prática educativa sirvam como facilitadoras da aprendizagem e, é óbvio, deve-se considerar também, os inúmeros conceitos sobre sexo, saúde e sexualidade representados pelos professores em seu discurso e, às vezes, por eles apropriados para uma educação sexual controladora e coercitiva.

A prática pedagógica não é neutra; o educador deve ser um intelectual transformador que ajuda a construir um novo ser crítico e consciente de seu papel na sociedade. Isto não é fácil porém, mudar é preciso. Há a necessidade de favorecer, no currículo das escolas, o trabalho com a articulação saúde - cultura - educação, isto vai apontar para um trabalho com a sexualidade que consiga superar esta educação sexual coercitiva e controladora já citada.

Pensar a escola atual é pensá-la como centro político de discussões. Para isso é preciso reafirmar a proposição de que é possível e necessário trabalhar a sexualidade como saber escolar,

tendo por base um currículo onde se articulem conceitos de educação - saúde - cultura e um professor capacitado a ser um intelectual transformador.

Nesta perspectiva, procuramos enfatizar com este trabalho que a educação sexual não deve ser meramente uma unidade no programa de biologia que ensina como os bebês são concebidos e vêm ao mundo. Ela possui um objetivo muito mais amplo: ajudar o jovem a incorporar de modo mais significativo a sexualidade a sua vida presente e futura. Conseguirá este objetivo, dando-lhe informações precisas, ajudando-o a reconhecer a existência de condutas sexuais diferentes, para que ele possa interagir harmoniosamente com aquelas cujas normas e comportamentos diferem dos seus e ensinado-o a fazer um julgamento crítico quando se deparar com controvérsias éticas. Assim, o propósito da educação sexual é indicar a imensa riqueza da sexualidade humana e seu valor mais do que controlar ou suprimir as suas manifestações.

Se a educação sexual vai ser dada de tal modo que corresponda as necessidades da maioria das crianças e jovens, parece óbvio que a escola tem que participar deste processo. Porém, ao acentuar a responsabilidade da mesma, a nossa intenção é de aumentar a oportunidade dos alunos se esclarecerem e não reduzir a responsabilidade dos pais neste campo.

A integração da família ao programa é uma requisito que nem sempre é possível. Os pais, que se sentem frágeis e inseguros em sua própria sexualidade, fogem dos compromissos com a educação sexual e prejudicam intensamente a atuação da escola. A omissão da família é tão prejudicial quanto a repressão.

A escola é uma instituição inserida em um contexto social, portanto fundamentada em regras e indivíduos pertencentes a mesma sociedade que a família, fornecendo e reforçando, por isso mesmo, a educação repressora e anti-social. Sendo assim, é evidente que será necessário uma preparação exaustiva - principalmente por parte dos professores que transmitam valores com relação a sexualidade em seu trabalho cotidiano, na forma de responder ou não as questões mais simples trazidas pelos alunos, - para que essa escola possa, então,

cumprir os objetivos propostos pela educação sexual.

O papel da escola na formação dos alunos é pequeno quando comparado aquele exercido pela família, mas pode ser bastante significativo, se em programas bem dirigidos for a única fonte de orientação. Por isso, a escola como educadora não pode ser ignorada. É importante que se pense a longo prazo, visto que só conseguiremos pais capazes de uma educação global preparando melhor as nossas crianças de hoje.

É freqüente a pergunta: Será necessária uma educação sexual? E antes mesmo que se passe a refletir sobre a questão chovem respostas antagônicas, todas baseadas em uma evidência a favor ou contra. Pronunciamentos estes que correm o mundo denunciando tanto o perigo de uma educação sexual, como o perigo de uma ausência dessa educação. Assim, concluímos que esta é uma discussão ultrapassada, ainda mais que a educação sexual já se desenvolve alheia a tudo isto. O exemplo familiar, o cinema, a televisão e os bate-papos já se incumbem de educar, ou de mal-educar. Enfim, a tal ponto que seria melhor perguntar se não é necessário um "deseducação sexual", uma destruição crítica de quase tudo que se pensa e se propaga a respeito. Para que assim, possa então surgir a possibilidade de uma educação sexual humana.

ANEXOS

Linha direta com

Estudantes de escolas municipais ensinam a colegas o que

Marco Antônio Teixeira



AMOR, SÓ COM CAMISINHA: são mensagens como esta que Richard e Letícia, que são de um núcleo de ad...
AMOR, SÓ COM CAMISINHA: são mensagens como esta que Richard e Letícia, que são de um núcleo de ad...
AMOR, SÓ COM CAMISINHA: são mensagens como esta que Richard e Letícia, que são de um núcleo de ad...

os adolescentes

aprendem sobre educação sexual no projeto Educarte

Inês Amorim

Como todos os adolescentes, Jordana Nogueira Costa, de 16 anos, tinha muitas dúvidas sobre temas relacionados à sexualidade. De métodos anticoncepcionais e prevenção contra doenças sexualmente transmissíveis até o uso da camisinha, ela sabia de tudo um pouco, mas não em detalhes. Por isso, quando uma professora de sua escola abriu vagas para um projeto de educação sexual, ela não teve dúvidas: inscreveu-se imediatamente.

Hoje, um ano depois, Jordana não só sabe a resposta para todas essas questões como também ajuda a esclarecê-las para seus colegas. Ela faz parte, juntamente com outros 21 alunos, do núcleo de adolescentes multiplicadores da Escola Municipal Alfredo Russel, em Rocha Miranda.

A escola é uma das 250 do município do Rio de Janeiro que participam do projeto Educarte, de educação sexual para adolescentes. Criado há quatro anos graças a uma parceria entre as secretarias municipais de Saúde e de Educação, a ONG Centro de Educação Sexual (Cedus) e a Fundação Odebrecht, o Educarte tem na participação direta do adolescente — encarregado de repassar o conhecimento a seus colegas — a grande diferença em relação às outras ações voltadas para o público jovem.

Temas ligados à sexualidade são tratados de forma lúdica

Gerente dos programas de saúde do adolescente da Secretaria municipal de Saúde, Viviane Manso Castello Branco explica que o objetivo geral do projeto é capacitar profissionais de educação e de saúde no tratamento da educação sexual para adolescentes. Nas escolas, os professores formam os núcleos de jovens e discutem, através de dinâmicas de grupo e de atividades lúdicas, temas como gravidez precoce e Aids. Depois, os estudantes passam os conhecimentos recém-adquiridos para amigos — dentro e fora do âmbito escolar.

— O adolescente é o melhor multiplicador, pois o jovem ouve mais quem está vivenciando as mesmas experiências que ele — acredita Viviane.

Para Draurio Barreira, gerente do programa de Aids da Secretaria municipal de Saúde, a educação sexual do jovem é fundamental para o controle da doença.

— Na verdade, estatisticamente o adolescente não pertence à faixa etária mais afetada pela Aids, mas certamente à mais desprotegida. Como estão ini-

ciando sua vida sexual e transam pouco, eles não se sentem grupo de risco, pensam que isso nunca vai acontecer com eles. Mas esse é um tremendo engano. Quando surgiu, a Aids era associada a homossexuais e drogados, mas atualmente o maior índice de transmissão do vírus HIV é entre heterossexuais, principalmente mulheres. Hoje, a Aids não tem cara. Qualquer pessoa pode ser portador do vírus, até mesmo um surfista marombeiro — alerta Barreira.

Os alunos de 5ª a 8ª série que participam do núcleo multiplicador da Escola Municipal Alfredo Russel garantem ter aprendido a lição e agora querem repassá-la a amigos. Segundo os estudantes, as maiores dúvidas dos adolescentes que os procuram fora da sala de aula são sobre os métodos anticoncepcionais.

— Outro dia mesmo uma amiga minha que sabia que eu participava do núcleo multiplicador perguntou-me sobre a tabelinha. Então eu expliquei a ela que como a menstruação da adolescente é irregular o método não é seguro para jovens. Disse que o melhor mesmo é usar camisinha que além de evitar a gravidez também previne contra várias doenças como Aids — conta Letícia Pinheiro Rodriguez, de 14 anos.

A professora Vera Lúcia de Oliveira Moreira Santos, que coordena o projeto na escola, está animada com os resultados e quer expandir os trabalhos.

— Semana que vem vamos a uma escola de Marechal Hermes que não participa do projeto para fazer uma palestra para os alunos. Além de participarem ativamente de eventos assim, os adolescentes que fazem parte do núcleo também passam os conhecimentos para amigos e parentes — diz Vera Lúcia, que antes de criar o projeto na escola conversou com os pais dos alunos. Alguns, como a mãe de Ediane Abreu de Souza, de 11 anos, inicialmente resistiram à idéia.

— Ela não queria que eu participasse. Disse que eu era muito nova para me preocupar com isso. Ela nunca tinha conversado comigo sobre sexo e eu só falava disso com as minhas colegas. Queria fazer logo a minha cabeça, aprender tudo sobre o assunto. Meu pai achou a idéia boa e a minha mãe acabou concordando — conta Ediane, que hoje conversa com a mãe sobre o que vem aprendendo na escola.

— Eu tinha muito preconceito em relação a Aids, por exemplo. Achava que só de chegar perto de alguém que fosse portador do vírus eu iria pegar a

doença. Aprendi que não é nada disso e que, além de tudo, a gente precisa dar apoio aos doentes — diz.

Apesar de saberem que é este o caminho certo e de estarem entusiasmados com o projeto, os próprios estudantes estão conscientes de que fazer a cabeça dos colegas não é tarefa das mais fáceis: mesmo teoricamente sabendo que é preciso usar camisinha, na prática muitos não o fazem.

— Se na hora H, quando estão lá com a menina, eles não têm camisinha, transam assim mesmo, pois não querem perder a oportunidade — diz Leviano Diniz Dantas, de 14 anos.

Há ainda aqueles que, mesmo com a camisinha à mão, não a usam, seja por vergonha ou pura preguiça.

— Um amigo meu estava com a camisinha na carteira, mas ficou com preguiça de usar. Agora a menina está grávida e eles vão ter de se casar — conta Richard da Silva Ananias, de 14 anos, que garante que não passaria por uma situação dessas. — Se não tiver camisinha eu não transo.

Vergonha é algo que eles juram não sentir, seja na tal hora H ou durante as reuniões do núcleo, que acontecem uma vez por semana. Lá, eles falam de tudo. Nem dúvidas sobre assuntos como menstruação, que poderiam deixar uma menina envergonhada na frente de um menino, são motivos para alguém ficar calado.

— O legal é que temos liberdade para perguntar tudo o que quisermos — diz Jordana, uma das primeiras a entrar para o núcleo.

Gravidez entre adolescentes corresponde a 18% do total no Rio

As estatísticas da secretaria municipal de Saúde revelam que projetos de educação sexual entre os jovens são fundamentais. O número de mulheres adolescentes até 19 anos que têm filhos, por exemplo, continua crescendo: em 1995 representou 17,73% do total de nascimentos no Rio e, em 1996, subiu para 19,18%.

Os números da Aids também são preocupantes. Apesar de os jovens entre 15 e 19 anos representarem uma pequena parcela dos doentes de Aids, isso não significa que poucos adolescentes sejam portadores do HIV, pois em geral a doença só se manifesta de sete a dez anos depois de contraída. E como o índice de doentes começa a crescer justamente na faixa entre 20 e 29 anos, acredita-se que eles tenham se infectado quando adolescentes.

Quem quiser se informar sobre as atividades de educação sexual nos postos de saúde do município pode ligar para o tele-saúde: 273-0846. ■

Eduardo Hutter



●Dramatizações feitas pelos pais marcam o início da discussão sobre a sexualidade na Escola Senador Corrêa

Pais orientam professores sobre sexualidade dos filhos

Sexo em casa e na escola

Conforme anunciado semana passada pelo presidente Fernando Henrique, a sexualidade entrou no currículo escolar do 1º Grau como assunto transversal (disciplina optativa, mas que deve fazer parte da grade do ensino). Muitos colégios, no entanto, já se anteciparam e começam a introduzir o assunto. Na Escola Senador Corrêa, no Flamengo, as aulas começaram pelos pais. Foram eles que nortearam os professores sobre o que seus filhos estão questionando, para, só depois, a coordenação elaborar o plano de aulas.

Com exercícios que incluíam dramatizações de situações do cotidiano, depoimentos e observações, a assistente social e sanitária Wanilsa Motta de Oliveira e a pedagoga Ana Regina Waltemberg conduziram o traba-

lho, que será repetido com os alunos. "Queremos abordar temas como gravidez precoce, Aids, namoro, drogas, mas conhecendo o que eles pensam disso, em que estágio de curiosidade eles estão sobre esses temas", explica Ana Regina, auxiliada por Wanilsa.

O trabalho de pesquisa sobre o interesse dos adolescentes e como esses jovens estão vivendo esse questionamento incluirá desde orientações sobre uso da camisinha até a afetividade e o relacionamento moderno, como o significado do "ficar".

■ GRAVIDEZ PRECOCE

"O ficar que eles inventaram mais nos parece uma defesa contra o envolvimento, contra o sofrimento causado pela decepção amorosa, que eles costumam viver mas rejeitam", diz Wanilsa, acostumada que é, como sanitária

da Secretaria Municipal de Saúde, a vivenciar com os jovens de comunidades carentes a gravidez precoce e as dúvidas em torno da sexualidade.

"Estamos atentas porque vivemos, cada vez mais, que a gravidez precoce e toda essa problemática não é mais privilégio das classes baixas. Esse drama tem sido vivido por várias adolescentes de classe média", diz ela.

"O que eles necessitam é de serem orientados a ponto de saber que ser pai e mãe é uma escolha com consequências muito sérias, e nada apropriada para a idade deles". Wanilsa e Ana Regina acham que, amplamente esclarecidos sobre o problema, esses jovens correm menos risco de não se protegerem contra a Aids, engravidarem ou se deixarem contaminar por doenças sexualmente transmissíveis".

Polêmicas, cartilhas lançadas pelo Governo federal nas escolas falam diretamente

Sexo se aprende no

Élcio Braga

O menino foi pela primeira vez à aula. Na volta, a mãe zelosa perguntou: "Então, meu filho, aprendeu muita coisa hoje?" Entusiasmado, o guri respondeu: "Aprendi sim, mamãe." E ela, satisfeita: "Foi com a professora, né?" "Não mamãe, foi com o Cabeção, um garoto que sentou do meu lado."

Para evitar que pessoas não autorizadas, como o tal Cabeção da piada acima, deturpem a formação sexual na infância, a Coordenação Nacional de Combate a Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids acaba de lançar surpreendente coleção de gibis sobre sexo, drogas e convívio social para crianças a partir de 4 anos.

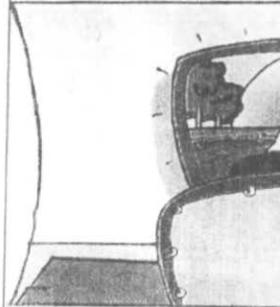
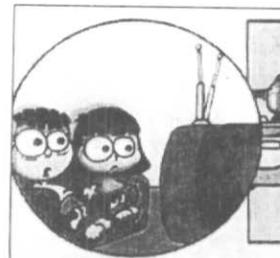
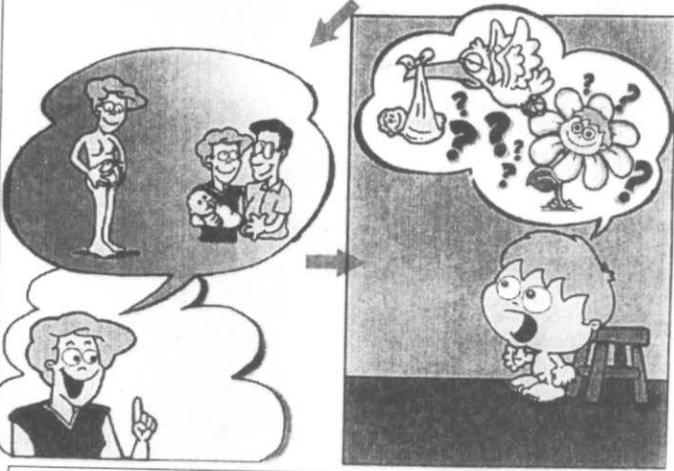
O gibi traz trechos polêmicos, como o do menino que diz ao professor quando poderá ter filhos: "Quando eu também soltar aquele negócio pelo meu pinto... Porra, né?" A linguagem é a utilizada num trecho do gibi "Quero me Conhecer" para menores entre 10 e 12 anos.

"O material é polêmico. Imagine isso em cidades conservadoras no Nordeste", observa o sexólogo Marcos Ribeiro, que colaborou na criação das revistinhas do programa Saúde na Escola, parceria entre os ministérios da Saúde e da Educação e do Desporto. A previsão é de se distribuir cerca de 2 milhões de gibis para as três faixas etárias abrangidas: de quatro a seis anos, de sete a nove anos e de dez a 12 anos. Os professores receberão 80 mil manuais.

Há razão para tanta ousadia. O DIA publicou quarta-feira passada pesquisa sobre o comportamento sexual dos alunos de 33 escolas municipais. De acordo com o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Atenção ao Uso de Drogas, da Uerj, a primeira experiência sexual do grupo — desinformado e sem cuidados — acontece, em média, aos 12 anos e sete meses.

AS LIÇÕES DA FAMÍLIA SILVA

Os Silva dão uma aula sobre sexo, drogas e outros temas. Todos os 15 gibis do Saúde na Escola são integrantes de uma típica família brasileira: Carlos, a mulher Vera e os filhos Márcia, César e Pedro Henrique.



Num episódio, destinado a crianças de quatro a seis anos, a história da cegonha cai por terra: "Mãe, como eu nasci?", pergunta o caçula Pedro Henrique. "A mamãe e o papai tiveram relação sexual. A mamãe gostou...", começa a explicar dona Vera, sem rodeios.

Em outro episódio, para os de sete a nove anos, os Silva são ainda mais práticos. Ao ver uma mulher pelada na TV, as crianças ficam impressionadas. César não pára de imaginar a cena: "Ela tinha uns peitões desse tamanho!", conta, no dia seguinte, na sala de aula.



a diretamente sobre o assunto a crianças a partir de 4 anos

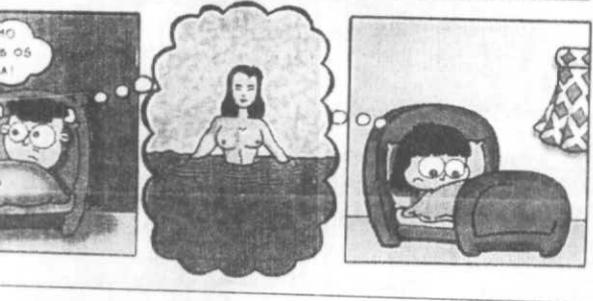
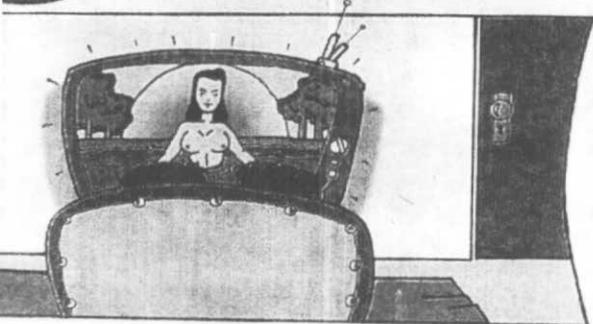
no pré-escolar

A SILVA

Os gibis do **Saúde na Escola** tem como personagens principais os Márcia, Cláudio, Pedro Henrique e César.



Alerta para o perigo das drogas: no gibi de quatro a seis anos, um quadro com um estranho oferecendo balas na porta da escola: "Quem quer bali-nha? É de graça..." A professora Bete se intromete e diz para as crianças nada aceitarem de desconhecidos.



86% dos pais são favoráveis

Sexo não é bicho papão é o projeto que começará experimentalmente no próximo ano letivo na rede municipal de ensino, sem valer nota. Cinquenta professores farão curso para lecionar o tema nas salas de aula do pré-escolar à 4ª série. Crianças a partir de três anos começarão a se familiarizar com um assunto considerado tabu. Os gibis do programa **Saúde na Escola** serão utilizados como material didático.

O sexólogo Marcos Ribeiro, que coordena o projeto, explicou que o objetivo é esclarecer melhor as crianças. "A TV mostra o sexo de forma grosseira. Por isso, 86% dos pais são favoráveis à orientação sexual nas escolas", diz.

A precocidade na abordagem do assunto, garante ele, não prejudicará a formação da criança. "Ao invés de falar para o adolescente, é melhor conversar com a criança. Quando chegar na adolescência terá as informações necessárias para enfrentar as situações", assinala o sexólogo.

Na rede estadual, os gibis também chegam no próximo ano letivo. Segundo a superintendente de Projetos Especiais, Regina Salub, cerca de 83 mil alunos receberão o material.

As revistinhas de cada faixa abordam cinco temas: O Corpo Humano e seu Desenvolvimento, O Relacionamento das Crianças na Escola, na Família e com os Amigos, A Comunicação e o Convívio Social, As Doenças Sexualmente Transmissíveis e O Uso de Drogas.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

- BENEVIDES, M.V.M. Cidadania e Democracia. In: Lua Nova, nº 33, 1994. P. 5-16
- BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Parâmetros Curriculares Nacionais – Convívio Social e Ética – Orientação Sexual. Brasília, nov/1995.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Parâmetros Curriculares Nacionais – Convívio Social e Ética – Saúde. Brasília, nov/1995.
- CHAUÍ, Marilena. Repressão Sexual: Essa nossa (des) conhecida SP: Brasiliense, 1992.
- CONCEIÇÃO, I.S.C. Educação Sexual. In: Dois Pontos, vol.2, nº 10, 1989. p.29-31.
- DIAS, A . F. Educação Sexual na Escola de 1º grau: Em busca de uma Abordagem interdisciplinar. Dissertação de Mestrado, UFRJ/1993.
- FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. SP: Paz e Terra, 1996.
- GERALDI, C.M.G. Algumas Condições de Produção dos Parâmetros Curriculares Nacionais. In: Revista de Educação, nº 100, 1996. P.121-147.
- LIMA, L.L.G. Confissão e Sexualidade. In: PARKER, R. e BARBOSA, R.M. Sexualidades Brasileiras. RJ: Relume Dumará: ABIA/UERJ/IMS, 1996. p.38-50.
- MATARAZZO, M.H. Educação Sexual nas Escolas. SP: Brasiliense, 1984.
- REIS, M.A .G.S. Escola de Tempo e Educação Integrais: Nexus e Sexus na (RE) invenção da Escola Pública. Pesquisa Amped/UFF/UNI-RIO, 1997.

SALLES, R.P. Sexo sem Preconceito. SP: Stilograff, 1992.

SUPLICY, M. Sexo para adolescentes. SP: FTD, 1998.

_____ e outros. Sexo se aprende na escola. SP. Olho d'água, 1995.

_____. Metodologia aberta. In: A escola deve trabalhar com educação sexual? Dois Pontos, vol 2, nº 10, 1989. P. 29-31.

TOSCANO, M. Igualdade na escola: Preconceitos Sexuais na Educação. RJ: Cedim, 1995.

VASCONCELOS, N. Sexualidade e Educação. In: Dois pontos, vol 2, nº 10, 1985. p 34-5.

YOUSSEF, M.P.B. Sexo e Vida. SP: Scipione, 1988.